

WWW.FNE.PT

STAE  
ZONA NORTE

STAE  
ZONA CENTRO

STAE  
SUL E REGIÕES AUTÓNOMAS

# CONSULTA NACIONAL

Condições de Abertura do Ano Letivo 2023-2024  
Trabalhadores de Apoio Educativo



3 a 10 de novembro



## ÍNDICE

I – APRESENTAÇÃO .....	4
II – FICHA TÉCNICA.....	5
III - CARACTERIZAÇÃO.....	6
IV – RECONHECIMENTO SOCIAL .....	9
V - REMUNERAÇÃO, CARREIRA E FORMAÇÃO CONTÍNUA .....	15
VI - TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS NA ÁREA DA EDUCAÇÃO.....	19
VII - PRIORIDADES REIVINDICATIVAS .....	21
VIII – ANEXO (QUESTIONÁRIO) .....	22

## ÍNDICE DE FIGURAS

Figura III.1. Categoria profissional dos respondentes .....	6
Figura III.2. Faixa etária dos respondentes .....	6
Figura III.3. Género dos respondentes.....	7
Figura III.4. Zona geográfica do local de trabalho.....	7
Figura III.5. Respondentes sindicalizados e não sindicalizados .....	8
Figura III.6. Filiação Sindical.....	8
Figura IV.1. Reconhecimento social pela atividade do PAE.....	9
Figura IV.2. Percentagem de respondentes realizados profissionalmente .....	9
Figura IV.3. Reconhecimento pelos superiores hierárquicos.....	10
Figura IV.4. Reconhecimento público pelo trabalho prestado.....	10
Figura IV.5. Percentagem que pode exprimir-se livremente no local de trabalho sobre a sua atividade ...	11
Figura IV.6. Respondentes que já participaram em grupos de trabalho com educadores e/ou professores .....	11
Figura IV.7. Respondentes que nunca integraram um projeto educativo da escola .....	12
Figura IV.8. Respondentes que já pertenceram a um Conselho Geral .....	12
Figura IV.9. Respondentes que contribuem para o Plano Anual de Atividades.....	13
Figura IV.10. Profissionais alvo de discriminação ou assédio no trabalho .....	13
Figura V.1. Perspetivas de carreira dos trabalhadores.....	15
Figura V.2. Compatibilidade da remuneração com exigências do trabalho.....	15
Figura V.3. Concordância com as mais recentes propostas do regime de avaliação de desempenho .....	16
Figura V.4. Concordância com a alteração de percentagem de diferenciação de desempenho .....	16
Figura V.5. Concordância com a alteração da posição remuneratória .....	17
Figura V.6. Acesso a formação contínua .....	17
Figura V.7. Formação contínua no seu Agrupamento/Escola não agrupada.....	18
Figura V.8. Formação contínua do Empregador adaptada às necessidades.....	18
Figura VI.1. Avaliação das condições de organização do trabalho .....	19
Figura VI.2. Perda de competências das direções escolares para as autarquias.....	20
Figura VI.3. Opções de responsabilidade pela gestão do PAE .....	20

## I – APRESENTAÇÃO

A FNE e a AFJET iniciaram as suas consultas nacionais em 2019, com a realização de três edições: uma Consulta Nacional à Educação Inclusiva, uma outra a Educadores e Professores e uma terceira ao Ensino Superior. Seguiram-se no ano letivo 2021 até novembro de 2023 mais seis consultas nacionais, envolvendo as condições de trabalho durante a COVID-19, a docentes e Pessoal de Apoio Educativo (PAE), condições de abertura e de conclusão de ano letivo e uma consulta aos docentes do EPE – Ensino Português no Estrangeiro.

### A FNE

A FNE formou-se originalmente como Federação Nacional dos Sindicatos de Professores - NSP, a 3 de novembro de 1982. Foi assim a primeira federação nacional de sindicatos de professores a constituir-se em Portugal. Como o próprio nome indica, à época a FNSP apenas filiava sindicatos de professores.

Em 1989, a Federação altera o seu âmbito e a sua designação, passando a designar-se como FNE - Federação Nacional dos Sindicatos da Educação, e passando a filiar, para além de sindicatos de professores, sindicatos de profissionais da educação, nomeadamente os sindicatos dos técnicos, administrativos e auxiliares da educação, quer se encontrassem a trabalhar nas escolas quer em organismos de administração da educação.

Em 2010, volta a registar-se uma alteração da denominação: mantendo a sigla FNE, abrevia para Federação Nacional da Educação. A FNE teve sempre como primeiro objetivo da sua luta a melhoria da qualidade da Educação em Portugal, que passa, necessariamente pela dignificação da profissão docente e da dos técnicos superiores, assistentes técnicos e assistentes operacionais.

A FNE pauta-se pelos princípios do sindicalismo reformista, que assenta na convicção de que a melhoria das condições de trabalho se processa por etapas sucessivas e não por saltos bruscos de uma qualquer via revolucionária. Assim, privilegia a dinâmica negocial de aproximações sucessivas, em que, com propostas de qualidade técnica, procura que as suas ideias sejam progressivamente reconhecidas.

A FNE assenta a sua intervenção nos princípios do sindicalismo democrático defendidos pela União Geral dos Trabalhadores (UGT), pela Confederação Sindical Internacional (CSI), e pela Internacional da Educação (IE) e sua Região Europa (CSEE – Comité Sindical Europeu da Educação).

As lutas da FNE prenderam-se ao longo dos tempos com o direito à negociação, a aumentos salariais justos, à estabilidade profissional e à valorização e dignificação das carreiras dos trabalhadores que representa nos setores público e privado (social e cooperativo).

### A AFJET

Em 1991, dando resposta a uma necessidade sentida por todos os Sindicatos de Educadores e Professores da FNE de constituir uma entidade destinada a planificar e concretizar atividades de formação, a FNE propôs-se constituir uma Associação que fosse base de uma Instituição Universitária. Foi assim que, em 3 de janeiro de 1991, se constituiu por escritura pública a Associação ISET – INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO E TRABALHO.

Entretanto, e decorrente das orientações emanadas do Ministério competente, tornou-se necessário alterar a designação da Associação para a tornar claramente diferente da do Instituto Universitário, pelo que se procedeu a uma alteração estatutária por escritura pública de 16 de maio de 2001, na sequência da qual foi alterado o nome da Associação para AFJET - ASSOCIAÇÃO PARA A FORMAÇÃO E INVESTIGAÇÃO EM EDUCAÇÃO E TRABALHO.

Posteriormente, foi decidido o encerramento do ISET, o que ocorreu em 2017, tendo ficado, no entanto, estabelecido que a AFJET se manteria como fiel depositária do espólio académico do extinto ISET. Deste modo, procedia-se a uma alteração radical das finalidades com que a Associação tinha sido criada.

Assim, a atividade da Associação limitou-se, num primeiro período de tempo, à disponibilização das respostas a solicitações de entidades oficiais e de antigos alunos do ISET e ainda ao acompanhamento da situação do edifício principal e do anexo que constituem património da Associação. A partir de 2021, e na sequência dos constrangimentos impostos pela pandemia do

Covid-19, apostou-se na disponibilização de oferta formativa online.

A atividade da AFJET na formação e investigação em educação e trabalho abrange todos os setores de atividade. A AFJET trabalha estritamente em parceria com a FNE nos campos sindical e da educação, buscando fundamentação teórica e objetiva para as mudanças exigidas no sistema educativo português e para a melhoria das condições de vida e de trabalho de todos os trabalhadores.

Algumas das suas áreas de parceria com a FNE são as consultas a docentes e pessoal de apoio educativo e temas como a Educação Ambiental, Sustentabilidade, a Proteção dos Oceanos ou as Mudanças Climáticas.

## AGRADECIMENTO

A FNE (Federação Nacional da Educação) e a AFJET (Associação para a Formação e Investigação em Educação e Trabalho), nas pessoas dos seus Secretário-Geral, Pedro Barreiros, e Presidente João Dias da Silva, agradecem a todos os que colaboraram nesta Consulta Nacional – Condições de Abertura do Ano Letivo 2023 - 2024, através do preenchimento do questionário. O agradecimento estende-se aos dirigentes sindicais que promoveram a sua divulgação e o desenvolvimento logístico no terreno, ao Secretariado Nacional, que acompanhou o seu desenrolar, e aos secretários nacionais mais diretamente envolvidos no seu acompanhamento.

Por fim, uma palavra de agradecimento muito especial aos membros do Grupo de Trabalho desta consulta, responsáveis pela planificação, conceção, implementação, acompanhamento, tratamento dos dados, discussão e leitura dos resultados.

## II – FICHA TÉCNICA

Mais uma vez, e a exemplo do início do ano letivo anterior, a FNE desenvolveu uma consulta online para recolher a opinião dos trabalhadores de apoio educativo portugueses, em relação às suas **perspetivas sobre a carreira, o reconhecimento profissional e sobre as condições de início do novo ano letivo 2023/2024**.

A consulta decorreu entre os dias 3 e 10 de novembro de 2023.

### Grupo de Trabalho:

- João Dias da Silva (Presidente da AFJET) - Coordenador
- Dulce Cancela (Presidente do STAAEZN)
- João Ramalho (Presidente do STAAEZC)
- Cristina Ferreira (Presidente do STAAESRA)
- Joaquim Santos
- Rafael Marques (Produção gráfica e paginação)

### III - CARACTERIZAÇÃO

Participaram nesta consulta 532 trabalhadores de apoio educativo – técnicos superiores e especializados (46,2%), assistentes técnicos (18%) e assistentes operacionais (35,7%) -, que no ano letivo de 2023/2024 trabalham nos níveis de ensino Educação Pré-escolar, 1.º, 2.º, 3.º Ciclos do Ensino Básico, Ensino Secundário, Educação Especial e Ensino Profissional, em Portugal Continental e nas Regiões Autónomas (Figura III.1.).

1. Em que categoria profissional se insere:

532 respostas

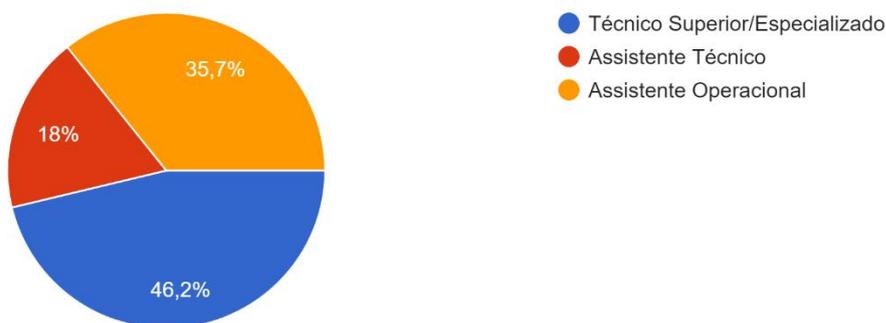


Figura III.1. Categoria profissional dos respondentes

A maioria dos respondentes (43,2%) situa-se na faixa etária dos 40 a 49 anos, seguindo-se os da faixa dos 50 aos 59 anos (22,6%), e depois 22,4% na faixa dos 30 a 39 anos, 9,2% com mais de 59 anos e finalmente 2,6% com menos de 30 anos (Figura III.2.).

2. Idade:

532 respostas

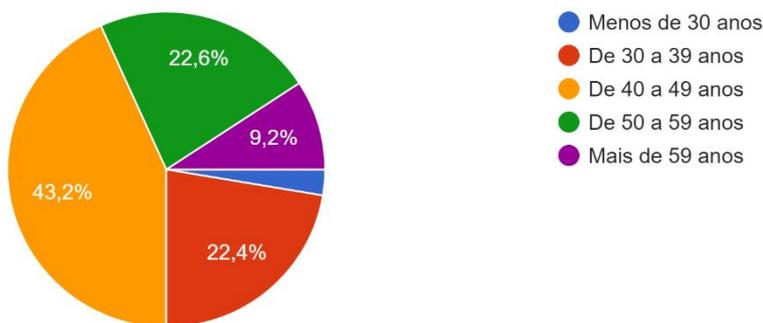


Figura III.2. Faixa etária dos respondentes

Como resulta da composição sociológica destes trabalhadores, a maioria esmagadora são mulheres (91,9%), sendo homens os restantes 8,1% (Figura III.3.).

### 3. Género:

532 respostas

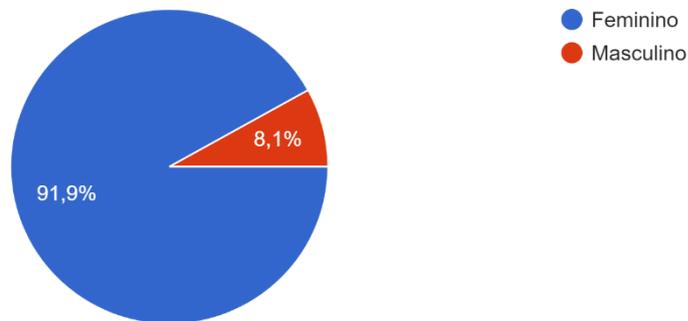


Figura III.3. Género dos respondentes

A maioria dos respondentes trabalha na zona norte (35,3%), seguindo-se 29,9% da Região de Lisboa e Vale do Tejo e 25,4% da zona centro (Figura III.4.).

### 4. Zona geográfica da atividade profissional:

532 respostas

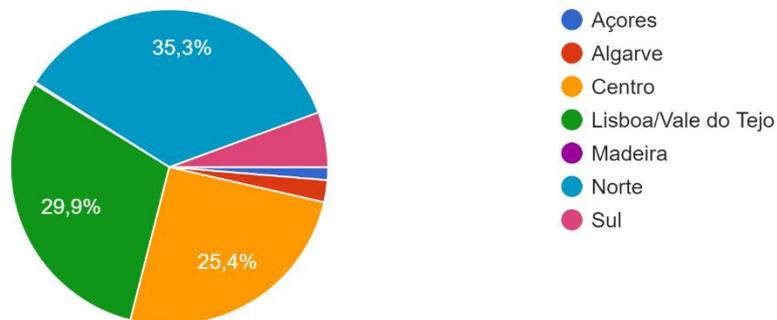


Figura III.4. Zona geográfica do local de trabalho

Embora lançada no âmbito da FNE, a consulta abrangeu muitos trabalhadores não sindicalizados – 58,1% dizem não estarem sindicalizados (Figura III.5.). Dos que se afirmam sindicalizados, 26,3% pertencem ao STAAESRA, 18,2% ao STAAEZN e 18,2% ao STAAEZC (Figura III.6.).

29. É sindicalizada/o?

532 respostas

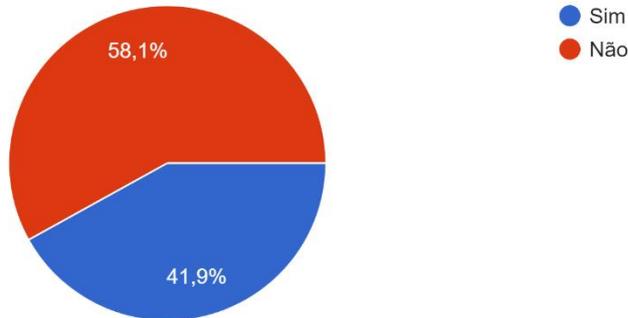


Figura III.5. Respondentes sindicalizados e não sindicalizados

28. Qual é a Associação Sindical?

236 respostas

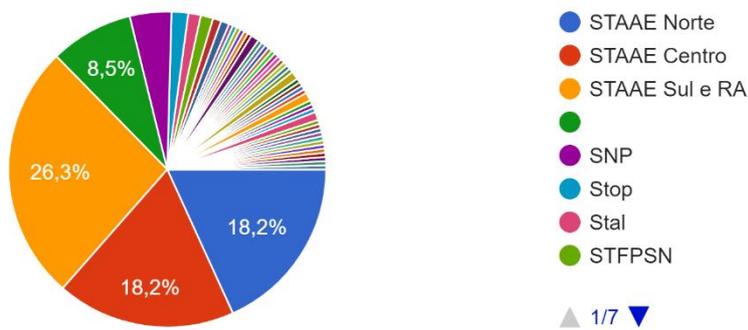


Figura III.6. Filiação Sindical

## IV – RECONHECIMENTO SOCIAL

É muito significativo que **59% afirme que, em termos de reconhecimento social, ele é pouco elevado ou nenhum** (o que compara com os 65,3% que no ano passado tinham selecionado estas opções) e só 12,1% situa a sua resposta entre o elevado e o muito elevado - eram 4,0% na consulta do ano passado (Figura IV.1.).

5. Globalmente sente que há um reconhecimento social pela atividade dos Trabalhadores não Docentes nas nossas escolas?

532 respostas

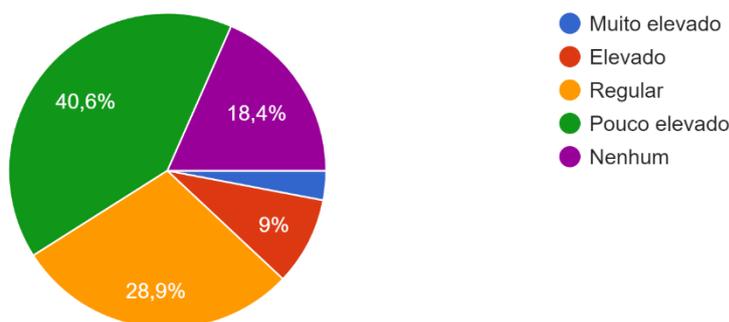


Figura IV.1. Reconhecimento social pela atividade do PAE

De qualquer modo, **55,5% diz sentir-se realizado profissionalmente** (eram 52,9% na consulta de 2022) e 13,3% afirma sentir-se muito realizado - em comparação com os 11,8% registados no ano passado (Figura IV.2.).

6. Sente-se realizado no exercício da sua profissão?

532 respostas

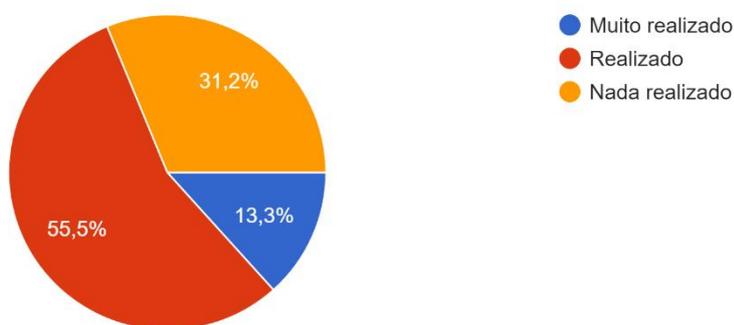


Figura IV.2. Percentagem de respondentes realizados profissionalmente

Já quando são questionados sobre a sua **perceção do reconhecimento pelos seus superiores hierárquicos**, **74,6% escolhe as opções pouco e nada reconhecidos** - o que é próximo dos 80,2% registados na consulta do ano passado (Figura IV.3.).

### 7. Sente-se reconhecido pelos seus superiores hierárquicos?

532 respostas

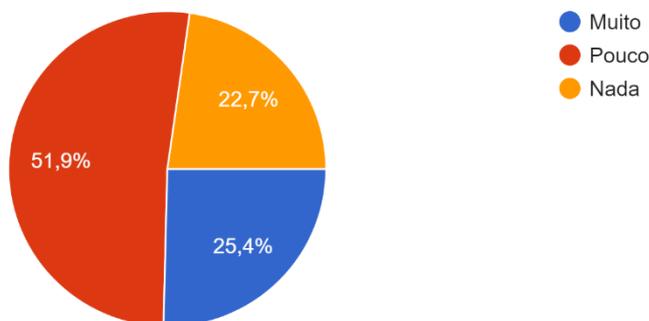


Figura IV.3. Reconhecimento pelos superiores hierárquicos

É apenas de 13,7% a percentagem dos que afirmam que receberam várias vezes algum tipo de reconhecimento (público) do seu trabalho - foram 13,0% em 2022 (Figura IV.4.).

### 8. Alguma vez recebeu algum tipo de reconhecimento (público) do seu trabalho?

532 respostas

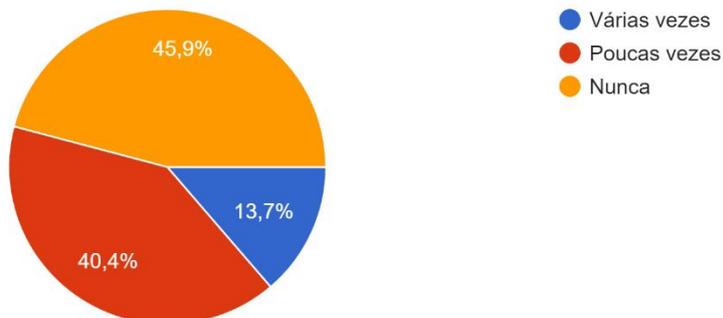


Figura IV.4. Reconhecimento público pelo trabalho prestado

Apesar de não ser a maioria (são 40,0%), é no entanto **significativo o número dos que sentem que não podem exprimir-se livremente no seu contexto laboral sobre o trabalho que desempenham** - o que é ligeiramente inferior aos 42,1% que resultam da consulta anterior (Figura IV.5.).

9. Sente que pode exprimir-se livremente no seu local de trabalho sobre o trabalho que desempenha?

532 respostas

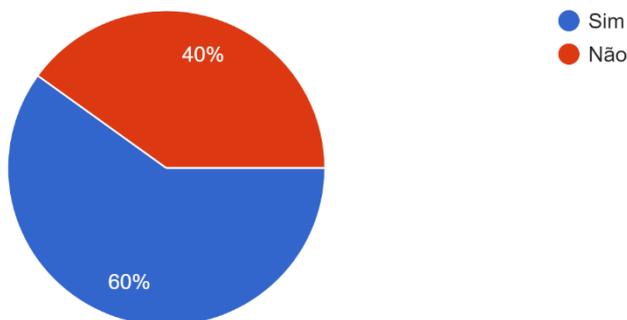


Figura IV.5. Percentagem que pode exprimir-se livremente no local de trabalho sobre a sua atividade

É expressivo o número dos que afirmam que já participaram em grupos de trabalho em parceria com educadores e/ou professores – 63% - foram 49,2% no ano passado (Figura IV.6.).

10. Já participou em grupos de trabalho em parceria com educadores e/ou professores?

532 respostas

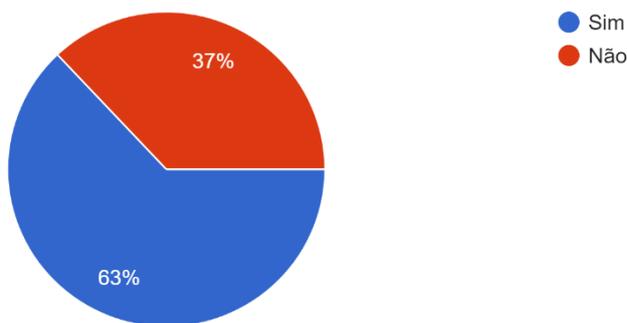


Figura IV.6. Respondentes que já participaram em grupos de trabalho com educadores e/ou professores

Uma percentagem de 65,6% afirmou que nunca integrou nenhum projeto educativo da escola, embora este número seja claramente inferior ao registado na consulta de 2022, que foi de 81,3% (Figura IV.7.).

11. Já integrou algum projeto educativo da sua escola?

532 respostas

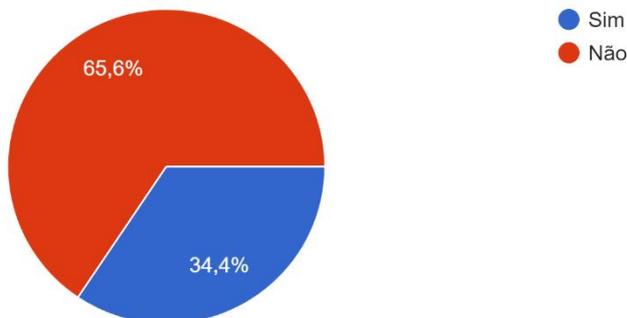


Figura IV.7. Respondentes que nunca integraram um projeto educativo da escola

Os 144 que afirmaram já terem participado em algum projeto educativo da escola identificaram diversas situações, de que se destacam: vários projetos de intervenção com turmas e pais, nomeadamente o Projeto Nacional de Promoção do Sucesso Escolar, ubuntu, a biblioteca escolar, a educação inclusiva.

Só 10,3% afirma que alguma vez já pertenceu ao Conselho Geral da sua escola, tendo sido de 21% o resultado obtido na consulta do ano passado. Dos 54 que responderam afirmativamente, as opiniões dividem-se igualmente entre consideração positiva e consideração negativa: uns que afirmam ter sido muito positivo, gratificante e até desafiante e enriquecedor e outros a afirmarem que de pouco ou nada serve; para uns, uma boa experiência; para outros uma experiência aborrecida e até horrível (Figura IV.8.).

12. Faz parte ou já pertenceu ao Conselho Geral da sua escola?

532 respostas

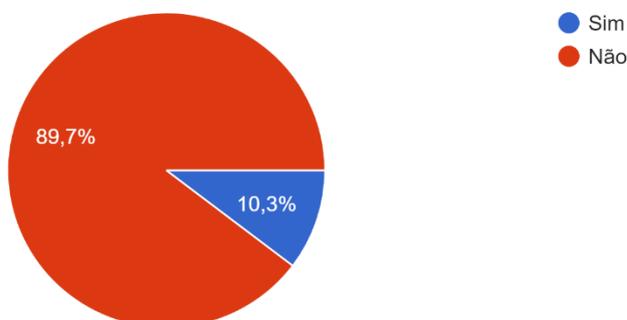


Figura IV.8. Respondentes que já pertenceram a um Conselho Geral

59,0% dos respondentes afirma que na sua escola os Trabalhadores de Apoio Educativo não são chamados ou nunca são chamados a contribuir com sugestões para o Plano Anual de Atividades, o que representa um número bastante inferior ao registado no ano passado, que foi de 78,8% (Figura IV.9.).

13. Na sua escola os Trabalhadores Não Docentes são chamados a contribuir com sugestões para o Plano Anual de Atividades?

532 respostas

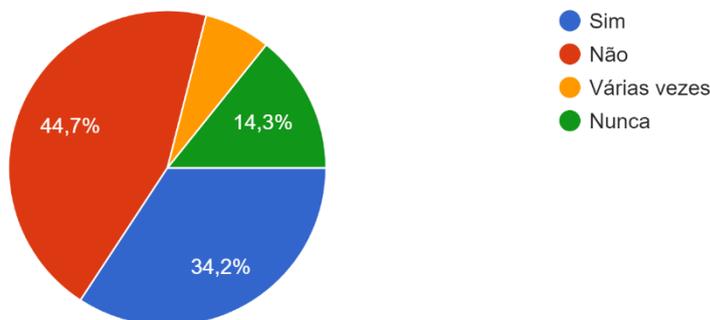


Figura IV.9. Respondentes que contribuem para o Plano Anual de Atividades

São **22,6%** os que afirmam que já foram alvo de algum tipo de assédio na sua escola, tendo sido de 16,4% o valor registado no ano passado (Figura IV.10.).

14. Alguma vez foi alvo de algum tipo de discriminação ou assédio no seu local de trabalho?

532 respostas

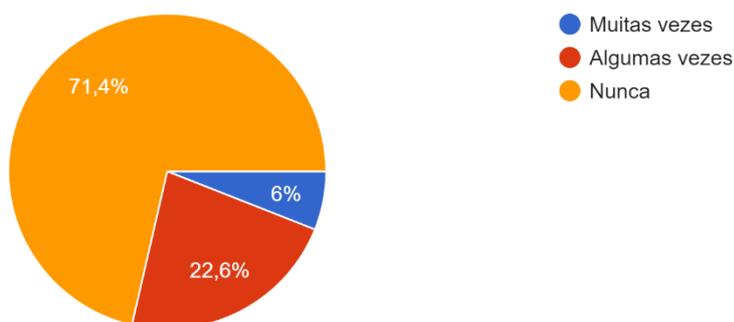


Figura IV.10. Profissionais alvo de discriminação ou assédio no trabalho

Questionados sobre as medidas que adotaram nessas circunstâncias, a resposta mais comum foi a de não ter sido adotado nenhum procedimento e é residual a indicação de terem apresentado qualquer reclamação, ou terem feito qualquer participação ou denúncia. De qualquer modo, a queixa dominante é a de que, embora tenham exposto o caso, não houve nenhum efeito prático.

Registam-se alguns dos comentários que constam das respostas a esta questão:

“Não fiz nada com receio de represálias”

“Partilhei o ocorrido com a entidades competentes, mas infelizmente nada foi feito”

“Contactei o sindicato e a inspeção”

“Mudei de escola”

“Como se trata de assédio sexual, finjo que não percebo e fujo do indivíduo e tento evitar que alguém perceba, porque sou casada e tenho medo que entendam que eu é que sou "oferecida". Tenho receio de denegrir a minha imagem se alguém descobrir, porque poderia haver pessoas que me conhecem, mas outras poderiam duvidar e no final as mulheres é que ficam sempre mal vistas”

“Obrigaram-me a calar”.

## V - REMUNERAÇÃO, CARREIRA E FORMAÇÃO CONTÍNUA

Em termos de **perspetivas de carreira**, **90,2% afirma que são pouco ou nada atrativas (Figura V.1.)**, e **95,1% diz que a sua remuneração não é compatível com as exigências do trabalho que realizam (Figura V.2.)**, o que constitui um elevado nível de desgosto com a carreira e as condições salariais. Aliás, já na consulta do ano passado o nível da inadequação do salário com as exigências do trabalho que estes trabalhadores realizam tinha sido de 96%.

15. Quais as suas perspetivas de carreira?

532 respostas

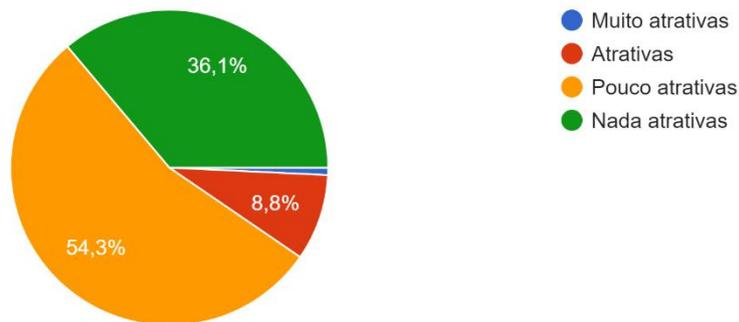


Figura V.1. Perspetivas de carreira dos trabalhadores

16. Considera que a sua remuneração é compatível com as exigências do trabalho que realiza?

532 respostas

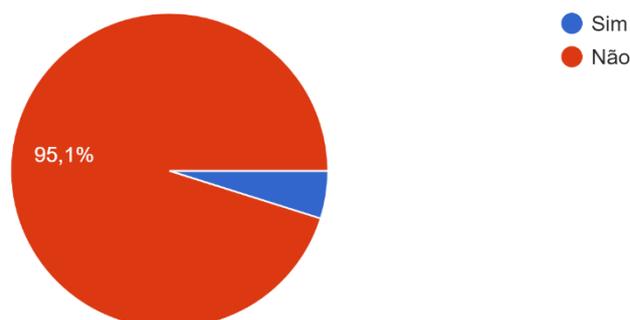


Figura V.2. Compatibilidade da remuneração com exigências do trabalho

A consulta deste ano procurou conhecer a perceção destes trabalhadores sobre **as mais recentes propostas apresentadas pelo Governo para alterar o respetivo regime de avaliação de desempenho. Na opinião dos participantes, estas propostas são claramente rejeitadas: 75,9% não concorda com as novas menções e pontuação da avaliação de desempenho (Figura V.3.), 81,2% discorda da alteração de percentagem de diferenciação de desempenho (Figura V.4.) e só 54,0% concorda com a alteração de 10 pontos para 8 pontos para efeitos de alteração da posição remuneratória (Figura V.5.).**

17. Concorda com as novas menções e pontuação da avaliação de desempenho propostas pelo governo?

522 respostas

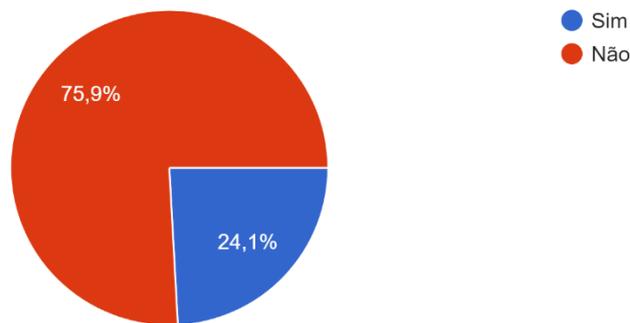


Figura V.3. Concordância com as mais recentes propostas do regime de avaliação de desempenho

18. Concorda com a alteração de percentagem de diferenciação de desempenho proposto pelo governo?

515 respostas

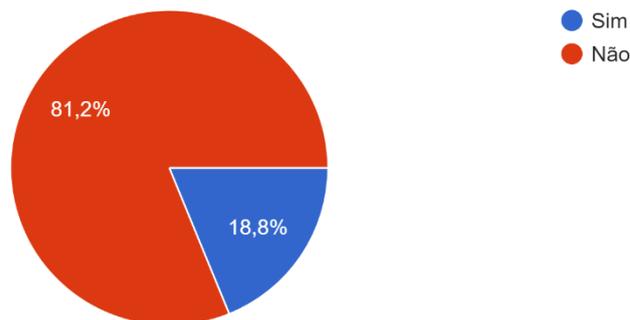


Figura V.4. Concordância com a alteração de percentagem de diferenciação de desempenho

19. Concorda com a alteração de 10 pontos para 8 pontos para efeitos de alteração da posição remuneratória proposta pelo governo?

520 respostas

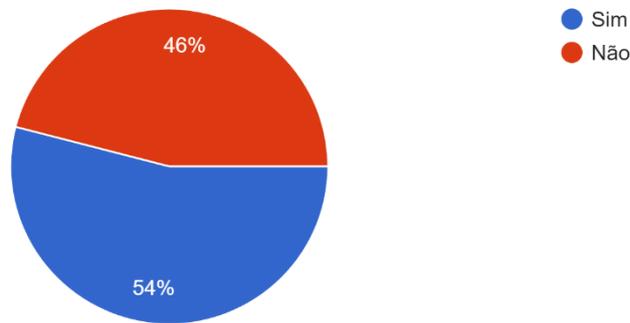


Figura V.5. Concordância com a alteração da posição remuneratória

Em termos de **formação contínua**, uma forte maioria de **58,3%** diz que **não tem tido acesso a ela** - tinham sido 63,3% no ano passado (Figura V.6.), e isso mesmo no âmbito do próprio Agrupamento de Escolas de que faz parte - 72,7% (Figura V.7.).

20. Tem tido acesso a formação contínua?

532 respostas

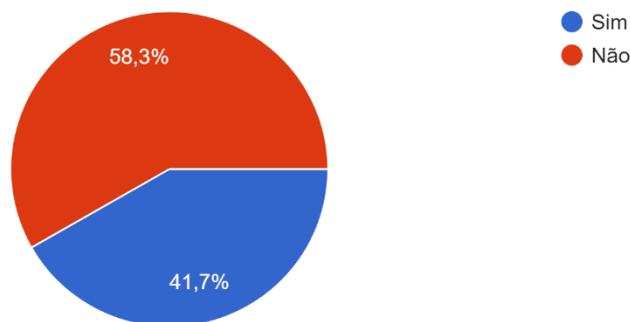


Figura V.6. Acesso a formação contínua

21. Tem tido acesso a formação contínua no seu Agrupamento/Escola não agrupada?

532 respostas

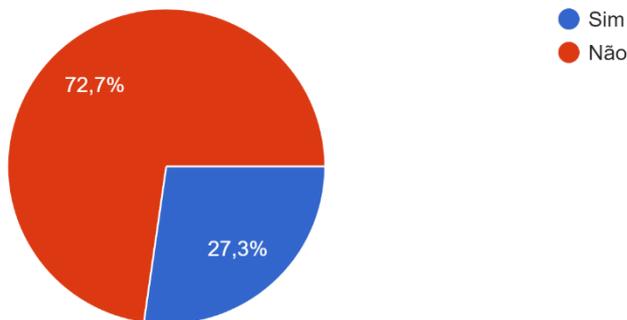


Figura V.7. Formação contínua no seu Agrupamento/Escola não agrupada

74,1% os que afirmam que a formação contínua que lhe foi disponibilizada pelo Empregador não foi adaptada às necessidades das funções que desempenha, valor ainda mais elevado do que no ano passado, que foi de 60,3% (Figura V.8.).

22. A formação contínua que lhe foi disponibilizada pelo Empregador foi adaptada às necessidades das funções que desempenha?

532 respostas

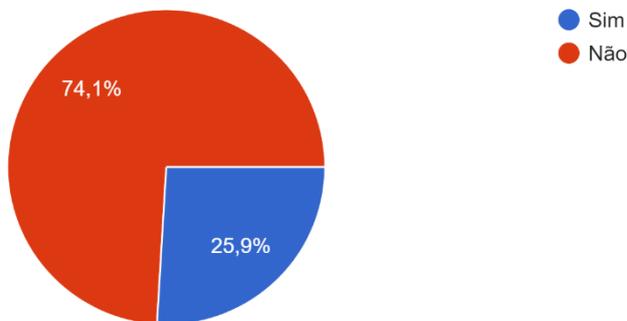


Figura V.8. Formação contínua do Empregador adaptada às necessidades

## VI - TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS NA ÁREA DA EDUCAÇÃO

Nesta consulta, procurou-se conhecer a perceção destes trabalhadores sobre que mudanças se operaram no seu exercício profissional, em consequência da transferência de competências, no domínio da sua gestão para as Autarquias; **167 (31,3%) afirmaram que não registavam nenhuma mudança ou que nada se tinha alterado.**

É de registar que, tendo em conta o elevado nível de participação dos técnicos superiores/especializados nesta consulta, e não tendo sido estes abrangidos por este processo, o que ocorre é que assinalam que não lhes é aplicável esta pergunta.

Por outro lado, quando se perguntou se esta transferência se tinha traduzido em mudanças na vida pessoal dos respondentes, **as respostas continuam a ser maioritárias na afirmação de que daí não resultaram quaisquer mudanças na sua vida pessoal.** Os que revelam impacto assinalam, com mais insistência o crescimento da intensidade do trabalho e o cansaço daí decorrente.

Esta consulta procurou conhecer seguidamente a perceção dos respondentes sobre a avaliação que fazem das condições de organização do trabalho que lhes está atribuído. Uma maioria significativa (63,2%) afirma que não registava alterações, estando tudo na mesma, mas 27,3% já diz que essas condições pioraram, sendo 9,6% a registarem que essas condições melhoraram (Figura VI.1.).

25. Em relação ao ano passado, como avalia as condições de organização do trabalho que lhe está atribuído?

532 respostas

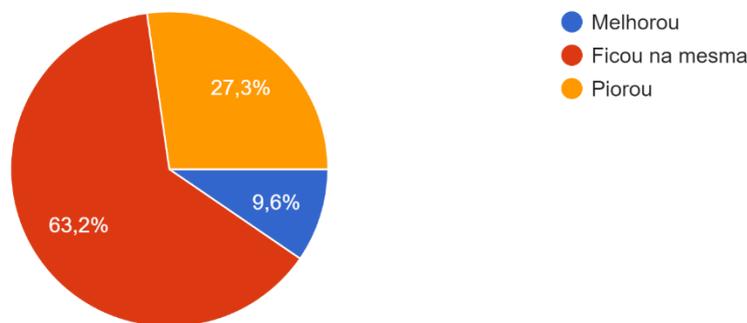


Figura VI.1. Avaliação das condições de organização do trabalho

Ainda nesta área da transferência de competências para as Autarquias procurou conhecer-se que aspeto deste processo mais lhes causa preocupação. O que é mais registado é a questão da gestão dos recursos humanos, a que muitas vezes se acrescenta a falta de diálogo e de compromisso, a falta de informação e a falta de pessoal, o que ainda é acumulado com o desconhecimento da especificidade das funções destes trabalhadores. São ainda frequentes as referências à falta de isenção na seleção dos recursos.

**61,3% dos respondentes considera que as Direções dos Agrupamentos de Escolas/ Escolas não agrupadas perderam competências com a transferência de competências para as autarquias (Figura VI.2.).** Este valor é bem superior ao registado no ano passado em relação à mesma pergunta, em que 42,6% assinalou ter havido perda de competências neste processo para as direções dos agrupamentos.

26. Considera que as Direções escolares dos Agrupamentos de Escolas/ Escolas não agrupadas perderam competências com a transferência para as autarquias?

532 respostas

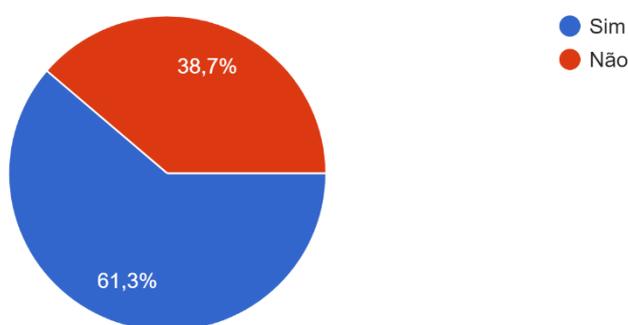


Figura VI.2. Perda de competências das direções escolares para as autarquias

**É maioritária (55,3%) a opção de que a gestão destes Trabalhadores deveria pertencer ao Ministério da Educação,** sendo que 32,3% escolhe a opção pela Direção da própria escola (tinham sido 35,9% no ano passado) e só 12,4% (19,8% em 2022) admite que essa gestão deva pertencer aos Municípios (Figura VI.3.).

28. Que entidade deveria ficar responsável pela gestão dos Trabalhadores Não Docentes?

532 respostas

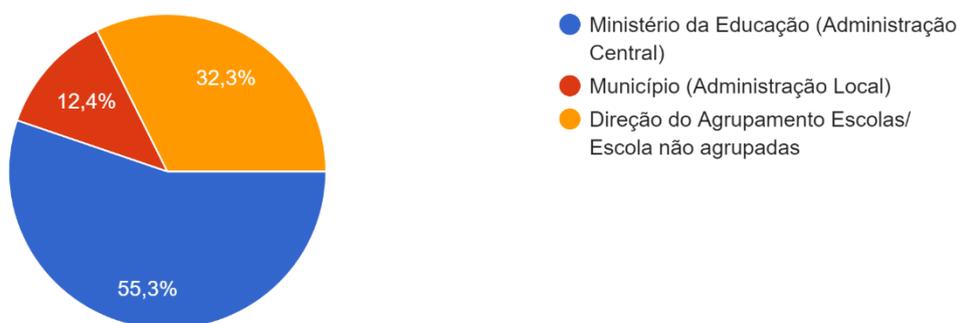


Figura VI.3. Opções de responsabilidade pela gestão do PAE

## VII - PRIORIDADES REIVINDICATIVAS

A **avaliação** e, relacionada com esta, a progressão em carreira são dominantes na enunciação que os respondentes fazem sobre as prioridades reivindicativas mais importantes, com a referência à necessidade de mudança do **SIADAP** e a eliminação do regime de quotas.

A **vinculação**, particularmente dos Técnicos Especializados, e o fim da precariedade são opções reivindicativas frequentes.

Com idêntico nível de frequência é referida a necessidade de **umentos salariais**, o que é compatível com a insatisfação assumida relativamente ao nível da remuneração.

É manifesta a preocupação com as **condições de trabalho**, que se desejam melhores.

Também com frequência é referida a necessidade de se corrigirem os **horários**, que nas mais das vezes aparecem com a menção de que devem ser diminuídos.

## VIII – ANEXO (QUESTIONÁRIO)

### CARACTERIZAÇÃO

**1. Em que categoria profissional se insere: \***

Técnico Superior/Especializado  
Assistente Técnico  
Assistente Operacional

**2. Idade:\***

Menos de 30 anos  
De 30 a 39 anos  
De 40 a 49 anos  
De 50 a 59 anos  
Mais de 59 anos

**3. Género:\***

Feminino  
Masculino

**4. Zona geográfica da atividade profissional:\***

Açores  
Algarve  
Centro  
Lisboa/Vale do Tejo  
Madeira  
Norte  
Sul

### RECONHECIMENTO SOCIAL

**5. Globalmente sente que há um reconhecimento social pela atividade dos Trabalhadores não Docentes nas nossas escolas?\***

Muito elevado  
Elevado  
Regular  
Pouco elevado  
Nenhum

**6. Sente-se realizado no exercício da sua profissão?\***

Muito realizado  
Realizado  
Nada realizado

**7. Sente-se reconhecido pelos seus superiores hierárquicos?\***

Muito  
Pouco  
Nada

**8. Alguma vez recebeu algum tipo de reconhecimento (público) do seu trabalho?\***

Várias vezes  
Poucas vezes  
Nunca

**9. Sente que pode exprimir-se livremente no seu local de trabalho sobre o trabalho que desempenha?\***

Sim  
Não

**10. Já participou em grupos de trabalho em parceria com educadores e/ou professores?\***

Sim  
Não

**11. Já integrou algum projeto educativo da sua escola?\***

Sim  
Não

**11.1. Se sim, qual/quais ?**

A sua resposta

**12. Faz parte ou já pertenceu ao Conselho Geral da sua escola?\***

Sim  
Não

**12.1. Se a sua resposta foi SIM, qual a avaliação que faz da experiência?**

A sua resposta

**13. Na sua escola os Trabalhadores Não Docentes são chamados a contribuir com sugestões para o Plano Anual de Atividades?\***

Sim  
Não  
Várias vezes  
Nunca

**14. Alguma vez foi alvo de algum tipo de discriminação ou assédio no seu local de trabalho? \***

Muitas vezes  
Algumas vezes  
Nunca

**14.1. Em caso afirmativo à resposta anterior, que medida(s) tomou?**

A sua resposta

**REMUNERAÇÃO, CARREIRA E FORMAÇÃO CONTÍNUA**

**15. Quais as suas perspetivas de carreira?\***

Muito atrativas  
Atrativas  
Pouco atrativas  
Nada atrativas

**16. Considera que a sua remuneração é compatível com as exigências do trabalho que realiza?\***

Sim  
Não

**17. Concorda com as novas menções e pontuação da avaliação de desempenho propostas pelo governo?**

Excelente - 3 pontos | Muito bom - 2 pontos  
| Bom - 1,5 pontos | Regular - 1 ponto  
| Inadequado - 0 pontos

Sim  
Não

**18. Concorda com a alteração de percentagem de diferenciação de desempenho proposto pelo governo?**

25% para as avaliações de desempenho de muito bom | 5% entre as avaliações muito bom para o reconhecimento de excelente | 25% para as avaliações de desempenho de bom

Sim  
Não

**19. Concorda com a alteração de 10 pontos para 8 pontos para efeitos de alteração da posição remuneratória proposta pelo governo?**

Sim  
Não

**20. Tem tido acesso a formação contínua?\***

Sim  
Não

**21. Tem tido acesso a formação contínua no seu Agrupamento/Escola não agrupada?\***

Sim  
Não

**22. A formação contínua que lhe foi disponibilizada pelo Empregador foi adaptada às necessidades das funções que desempenha?\***

Sim  
Não

**23. Já alguma vez fez formação através do seu sindicato/federação?\***

Sim  
Não

**TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS NA ÁREA DA EDUCAÇÃO**

No seguimento da transferência de competências para as Autarquias no âmbito da educação,

**24. Que mudanças se operaram no seu exercício profissional?**

A sua resposta

**24.1. E na sua vida pessoal?**

A sua resposta

**25. Em relação ao ano passado, como avalia as condições de organização do trabalho que lhe está atribuído?\***

Melhorou  
Ficou na mesma  
Piorou

**26. Considera que as Direções escolares dos Agrupamentos de Escolas/ Escolas não agrupadas perderam competências com a transferência para as autarquias?\***

Sim  
Não

**27. Que aspeto da Transferência de Competências mais lhe causa preocupação?\***

A sua resposta

**28. Que entidade deveria ficar responsável pela gestão dos Trabalhadores Não Docentes?\***

Ministério da Educação (Administração Central)  
Município (Administração Local)  
Direção do Agrupamento Escolas/Escola não agrupadas

**SITUAÇÃO SINDICAL**

**29. É sindicalizada/o?\***

Sim  
Não

**30. Qual é a Associação Sindical?**

STAAE Norte

STAAE Centro

STAAE Sul e RA

Outra:

**31. Quais pensa que devem ser as 3 principais prioridades das reivindicações sindicais atualmente?**

A sua resposta

A FNE e os seus Sindicatos agradecem a sua participação neste inquérito



# FNE / AFIET

Federação Nacional da Educação  
Associação para a Formação e Investigação em Educação e Trabalho

Rua Pereira Reis, 399  
4200-448 Porto  
225 073 880

[www.fne.pt](http://www.fne.pt) | [secretariado@fne.pt](mailto:secretariado@fne.pt)

